

**Sofia Arvins<sup>1</sup>**

**Carolina Fonseca<sup>2</sup>**

**Alexandra Queirós<sup>3</sup>**

**Inácio Martín<sup>4</sup>**

**1.** Licenciada em Gerontologia pela Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro e Mestranda em Gerontologia, ramo de Gestão de Equipamentos Sociais pela Secção Autónoma de Ciências da Saúde da Universidade de Aveiro. E-mail: <asarvins@ua.pt>

**2.** Licenciada em Gerontologia pela Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro e Mestranda em Gerontologia, ramo de Gestão de Equipamentos Sociais pela Secção Autónoma de Ciências da Saúde da Universidade de Aveiro. E-mail: carolina.ferreira@ua.pt

**3.** Professora Coordenadora da Escola de Saúde da Universidade de Aveiro. E-mail: <alexandra@ua.pt>

**4.** Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro, na Secção Autónoma de Ciências da Saúde da Universidade de Aveiro. Membro integrado da UnlFai (ICBAS-UP). E-mail: <jmartin@ua.pt>.

## **RESUMO**

Este artigo propõe uma reflexão acerca da sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social do distrito de Aveiro, através da análise dos relatórios de contas enviados à Segurança Social. O estudo decorreu entre Abril e Maio de 2013, em Aveiro, através do levantamento e tratamento de dados, criação de indicadores referentes à caracterização, utilização e ao estado económico-financeiro, culminando na análise de dados. Os resultados dos documentos analisados demonstram instituições de caráter maioritariamente comunitário, com elevada taxa de utilização, sem consideráveis taxas de endividamento, com grande dependência financeira da Segurança Social e um custo de respostas sociais essencialmente associado à área infantil. No contexto sócio-económico atual é expectável verificar-se uma dependência a este nível por parte das instituições, e que na ausência de obras a taxa de endividamento apresente menores valores no orçamento da instituição.

**Palavras-chave:** Instituições Particulares de Solidariedade Social. Sustentabilidade. Endividamento.

## **ABSTRACT**

This paper proposes an insight on sustainability of non-profit sector in the Aveiro district, through analysis of audit reports sent to Social Security. This study took place between April and May 2013, in Aveiro, by collecting and processing data, creating characterization, utilization, economic and financial indicators, all this resulting in posterior data analysis. When analyzing the documents, the results show institutions mainly focused on the community, with high utilization without considerable indebtedness ratios, relying greatly on Social Security financially, and having social responses cost mostly connected to the children's sector. In current socio-economic context it is expected to see dependable institutions on this particular level, and with the lack of works the indebtedness ratio shows lower values in the institutions budget.

**Keywords:** Non-profit sector. Sustainability. Indebtedness.

## **Agradecimentos**

Este estudo foi realizado como resposta ao pedido efectuado pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN), delegação de Aveiro.

## 1. INTRODUÇÃO

As *Instituições Particulares de Solidariedade Social* (IPSS's), manifestam, essencialmente um carácter não lucrativo, com o objectivo de prestar apoio à população. Normalmente, as fontes de financiamento deste tipo de instituições são de dois tipos, por um lado, os protocolos típicos com a Segurança Social, por outro lado, os projetos que são financiados maioritariamente pelos fundos europeus.

É de caráter fundamental que qualquer tipo de instituição possua uma estrutura financeira equilibrada. No que concerne às IPSS's, podemos ter situações em que a estrutura financeira não seja adequadamente praticada no seio das instituições o que nos leva a enfrentar dois tipos de problemas, (1) dependência de um único financiador, nomeadamente da Segurança Social, (2) fundos temporais que obrigam a um financiamento complementar, pois nunca financiam a 100%.

Um outro ponto consensual entre os especialistas é a necessidade de diversificação das fontes de financiamento das IPSS.<sup>1</sup> Deste modo, o ideal equilíbrio seria através da equidade de financiamento entre o público e os clientes/famílias.

As IPSS enfrentam na atualidade múltiplos desafios quer de índole estrutural quer de índole conjuntural. Em termos financeiros os défices crónicos devem ser evitados, sendo necessário um planeamento mais criterioso das atividades com previsão de resultados positivos para fazer face a contingências normais decorrentes das flutuações dos custos e ingressos. A existência de resultados nulos é contraproducente e favorece uma situação de dependência estrutural destas instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais – em detrimento da independência das instituições privadas e do cumprimento da missão específica destas instituições na área da solidariedade social.<sup>1</sup> Assim sendo, dois fatores são essenciais evitar, o investimento ruinoso sem retorno e os défices crónicos das respostas sociais. O primeiro fator é essencialmente devido ao facto de em Portugal, no período correspondente entre 2008 e 2012, as instituições terem sido impulsionadas a aderir a determinados projetos, nomeadamente POPH e Pares. Este facto fez com que as instituições quisessem aumentar a estrutura física destas levando as instituições a procurar crédito junto à banca. O segundo fator a evitar está patente em algumas instituições devido ao facto de, no período de tempo supracitado, não ter havido uma atualização das tabelas de comparticipação da Segurança Social, de as reformas das pessoas idosas estarem congeladas e estas mesmas pessoas terem uma taxa aumentada de dependência.

O objectivo do estudo de caso efetuado é analisar os indicadores financeiros (rácio de endividamento, rácio de infraestruturas, rácio de robustez e valor do utente mensal) obtidos através dos relatórios de contas enviados à Segurança Social. Especificamente, analisamos a dependência das fontes financeiras e as respostas sociais deficitárias, com vista a reflectir sobre as necessidades das instituições do distrito de Aveiro.

## 2. METODOLOGIA

### Amostra

A tabela 1 representa a caracterização geral de cada instituição. Como se pode analisar, as IPSS estudadas são, na sua generalidade, relativamente antigas, todas com anos de criação à volta da década de 1980. No que concerne ao número de utentes, são instituições com grandes capacidades de resposta, uma vez que têm bastantes clientes. Relativamente ao tipo de respostas sociais que cada uma comporta é possível verificar que a creche é a resposta comum mais verificada entre as instituições analisadas, seguida do Serviço de Apoio Domiciliário e do Centro de Dia. Por fim, podemos verificar que a maioria das instituições é de cariz comunitário, sendo uma baseada em projectos e outra com internamento inferior a 30 camas.

Instituições	Ano de Criação	Número Geral de Utentes	Respostas Sociais Comportadas	Classificação
A	1971 (Infância) 1999 (Idosos)	90	Lar C.D. SAD ADI	Comunitária, internamento inferior a 30 camas
B	1999	184	Pré-Escolar CAFAP CAT Creche	Comunitária
C	1981	130	Lar C.D. SAD Centro de Convivio CAT Creche	Comunitária
D	1989	310	SAD Atendimento Social	Comunitária

<b>E</b>	1976	454	Creche CAT CATP	Baseada em Projectos
<b>F</b>	<b>1988</b>	<b>58</b>	<b>C.D. CATL Creche</b>	<b>Comunitária</b>

**Tabela 1 – Caracterização das Instituições****Legenda:**

C.D. – Centro de Dia; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; ADI – Apoio Domiciliário Integrado; CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; CAT – Centro de Acolhimento Temporário; CATL – Centro de Atividades e Tempos Livres; CATP – Centro de Alojamento Temporário e Projetos

A tabela 2 reporta-nos para a taxa de utilização de cada Instituição, que indica qual a percentagem das vagas ocupadas. Pelo que podemos analisar, a Instituição A é a única a encontrar-se com uma ocupação maior do que capacidade estipulada em acordo (110%). As restantes instituições encontram-se com taxas de utilização relativamente razoáveis (superiores a 70%).

Instituições	Taxa de Utilização das Instituições
<b>A</b>	110%
<b>B</b>	-----
<b>C</b>	72 %
<b>D</b>	94 %
<b>E</b>	-----
<b>F</b>	83 %

**Tabela 2 – Utilização dos serviços**

## Instrumentos

Foram criados indicadores a ser avaliados referentes à caracterização, utilização e ao estado económico-financeiro das instituições, culminando na análise dos dados.

Relativamente ao rácio de endividamento, obtém-se pelo quociente entre o passivo e o ativo. Este rácio avalia o grau de endividamento da instituição, devendo ser inferior a 100%. Quando é superior indica que a instituição gasta mais do que recebe.

O rácio de robustez calcula-se pelo quociente entre a receita do maior financiador, neste caso a segurança social, e o ativo, avaliando o grau de dependência que a instituição apresenta relativamente ao maior financiador, que não deve ser superior a 40%.

Quanto ao rácio de infraestruturas obtém-se pelo quociente entre o passivo por infraestruturas e o ativo da instituição, avaliando o esforço que a entidade tem que ter para manter a infraestrutura.

Por fim, o cálculo do valor do cliente, obtém-se pelo quociente entre o custo da valência e o nº total de utentes.

## Procedimentos

O estudo de caso decorreu entre Abril e Maio de 2013, em Aveiro, tendo sido realizado com 6 instituições do distrito de Aveiro, através da análise dos relatórios de contas relativos a 2011 enviados à Segurança Social e cedidos pelas instituições.

Houve um primeiro contacto com cada instituição com pedido de disponibilização dos relatórios de contas. Após recepção dos documentos procedeu-se ao tratamento de dados e inserção da informação na base de dados.

Com vista a preservar o sigilo das informações de caráter particular, não se divulgou o nome das organizações, assegurando um tratamento homogéneo entre elas. Desta forma, as instituições são indicadas pelas letras A, B, C, D, E e F.

## 3. RESULTADOS

Por fim, a tabela 3 apresenta os resultados referentes ao contexto económico-financeiro, nomeadamente, o rácio de endividamento, o rácio de robustez e o valor por utente (mensal).

Relativamente ao rácio de endividamento, permite-nos verificar taxas de endividamento bastante razoáveis. Globalmente não apresentam rácio de endividamento extraordinário, são perfeitamente razoáveis e assumidas. Tal acontece porque nenhuma instituição teve investimento em obras.

No que respeita ao rácio de robustez verificamos alguma dependência por parte das instituições em relação ao seu maior financiador, já todas as instituições têm taxas superiores a 40 %, o que é preditor de alguma preocupação. No entanto, são valores razoáveis. A instituição D é a que apresenta um pior índice de robustez face à instituição A que se sobressai pela positiva das restantes.

Relativamente ao rácio de infraestrutura, podemos concluir que as respostas sociais que mais peso causam na instituição são as associadas à infância.

Por último, mas não menos importante, no que concerne ao valor mensal por utente, verificamos que este é mais elevado nas instituições A e C, por seu lado, o valor das instituições D e E é relativamente baixo.

Instituições	Rácio de endividamento	Rácio de Robustez	Rácio de infraestrutura	Valor Cliente Mensal
A	73%	42%	Lar (13%), CD (7%), SAD (11%), ADI (1%), Pré-escolar (26%), CATL (19%)	1062,66€
B	100%	67%	Pré-escolar (12%), CAFAP (10%), CAT (41%), Creche (37%)	425,79€
C	93%	51%	---	865,16€
D	105%	67%	---	101,44€
E	99%	64%	---	191,79€
F	115%	63%	CD (28%), Pré-escolar (29%), Creche (44%)	360,78€

Tabela 3 – Dados Económico-Financeiros

## 4. CONCLUSÃO

Em relação à dependência que as instituições mantêm com a Segurança Social (o seu maior fornecedor), face à actual conjectura do país e à diminuta capacidade financeira dos atuais clientes das instituições, seria de esperar encontrar valores desta ordem e também é importante que fiquemos cientes que é um facto que muito pouco é passível de ser alterado.

Essencialmente, o grande dilema encontrado após este estudo de caso, é o equilíbrio entre financiamento público e as famílias. Os valores de dependência da Segurança Social das instituições analisadas, sobretudo os valores mais positivos, devem-se à maior proximidade dos centros urbanos (instituição A e C). Este facto mostra que as IPSS's situadas em áreas mais favoráveis (centros urbanos) tendem a ter condições financeiras das famílias também mais favoráveis.

Dada a atual conjectura financeira nacional, as IPSS's tendem a escolher os clientes com famílias economicamente mais favoráveis para também poderem manter a sua economia razoável.

Concluindo, podemos ainda acrescentar que os custos estão essencialmente associados às respostas sociais relativas à infância, nomeadamente à creche.

É de salientar que o estudo de caso poderá apresentar algumas limitações devido ao tamanho reduzido da amostra, mas tal deve-se à dificuldade sentida em obter mais dados por parte de outras instituições. Os dados recebidos apresentam

pouca especificação, nomeadamente no que se refere aos dados por resposta social, que nos permitiriam uma melhor consciencialização acerca da problemática em estudo. Deste modo, a grande limitação é o facto e os dados não poderem ser generalizados, evidência que também se deve ao facto de todas as instituições estudadas não terem investido em obras associadas a projetos.

No futuro dever-se-á aprofundar o estudo, sendo realizado com mais instituições e alargando o estudo a outros distritos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Soares, A., Fialho, J., Chau, F., Cageiro, J. & Pestana, H. Projecto: A Economia Social e a sua Sustentabilidade como Factor de Inclusão Social.